

Senado proíbe entrada de quem atacou parlamentar

Três partidários do PDT — Luiz Lima, Fernando Tolentino e Carlos Michillis — serão proibidos de entrar nas dependências do Senado até que termine o inquérito sobre os incidentes na Comissão do Distrito Federal, quando senadores foram agredidos e xingados.

Além desses três, a Mesa do Senado decidiu, ontem, adotar providências contra dois funcionários — Antonio Raimundo Santos e Carlos Alberto Branquini — que ficam suspensos até o fim do inquérito. Os dois trabalham no PDT.

CONGRESSO

O presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), deverá entender-se hoje com o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), para que essa proibição seja adotada, também, na Câmara já que houve desrespeito a um parlamentar. A idéia que está prevalecendo é a de processar os culpados após a conclusão do inquérito, ainda mais um deles confessou, na hora, que agredira o senador, voltaria a fazê-lo e assumia as conseqüências.

Os incidentes na Comissão do Distrito Federal começaram após a eleição do senador Mauro Benevides (PMDB-CE) em vez do senador Maurício Corrêa (PDT-DF), que tinha o apoio dos populares. Corrêa, que estava em seu gabinete e não viu os incidentes procurou ontem o 1º secretário do Senado, Mendes Canale (PMDB-MS), para ponderar-lhe que não sabia se, legalmente, estava certa essa proibição. Parecia-lhe que não era válida e que, naturalmente, haverá recurso à Justiça. Canale retrucou que proibições semelhantes ocorreram no passado e que a disposição da Mesa era de exigir respeito aos parlamentares. Maurício observou-lhe que, naturalmente, não apoiava a violência ocorrida na Comissão do Distrito Federal, mas examinava a questão sob o ponto de vista do direito.

Em relação aos servidores, a disposição é mais rigorosa. Vários senadores protestaram junto à Mesa contra os abusos cometidos. Os senadores Jutahy Magalhães (PMDB-BA) e Mauro Benevides solicitaram providências através de pronunciamentos no plenário. O primeiro relatório indica que os dois servidores integravam o corredor polonês que esperou a saída dos senadores da Comissão e que Luiz Lima deu um empurrão no senador Olavo Pires (PMDB-RO).

A ordem da Mesa é que o inquérito sobre os incidentes esteja concluído no prazo máximo de 30 dias, a fim de que seja encaminhado à Justiça.